

PREÂMBULO

A presente obra do Comandante José Velho Gouveia, intitulada “*Manifestações de Riscos na Zona Costeira de Portugal Continental – As Capacidades de Antecipação (Prevenção) e de Resposta (Socorro)*”, presta um inestimável contributo à sociedade, versando-se sobre uma área fundamental para o quotidiano de grande parte da nossa população e com um elevado potencial económico, essencial para o desenvolvimento do país.

A qualidade da escrita e o rigor científico apresentados são assinaláveis, destacando-se a capacidade do autor em analisar, de forma pragmática e sistematizada, um assunto de tão elevada complexidade, ajudando-nos a melhor compreender os riscos associados à ocupação e utilização da zona costeira, quer para o desenvolvimento de atividades económicas, quer para a prática de atividades recreativas, bem como a idealizar novas abordagens e estratégias para, por um lado, evitá-los e, por outro, minimizar os seus impactos.

Para isso, é relevante salientar dois fatores fundamentais que muito contribuíram para a excelência do trabalho desenvolvido: a qualidade da sua formação; e a sua vasta experiência profissional ligada ao mar.

Oficial da Armada, especializado em hidrografia e oceanografia, cedo percebeu que, para exercer as suas funções de forma exemplar e relevante, havia que se valorizar, o que o levou a procurar diversificar a sua formação académica em áreas que lhe permitissem melhor estudar e compreender o meio marítimo, a sua proteção e preservação, além da condução segura e sustentável de atividades relacionadas com a sua utilização. Tem, por isso, a par da sua longa e profícua carreira militar, desenvolvido, também, esforços de âmbito académico. Neste contexto, tem prestado o seu contributo como professor convidado em várias instituições de ensino superior em áreas relacionadas com a segurança marítima, poluição do mar, ordenamento do espaço marítimo e proteção civil, bem como desenvolvido inúmeros trabalhos técnicos e de investigação científica na área da gestão dos espaços marítimos nas vertentes de segurança, ordenamento e ambiente, aspetos que o creditam como uma referência e um autor de reconhecido mérito na área do saber que aqui explora.

No plano profissional, desempenhou, ainda, inúmeras funções relacionadas com a defesa nacional e com o mar. Neste âmbito destacam-se os serviços prestados

no Instituto Hidrográfico e na Autoridade Marítima Nacional, tendo sido o seu representante em diversos Comités da Organização Marítima Internacional e na Comissão Nacional de Proteção Civil. Recentemente, dirigiu o Instituto de Socorro a Náufragos, relevando-se a sua ação em prol da assistência a banhistas e ao sector das pescas, procurando o reapetrechamento dos meios disponíveis e o desenvolvimento de ações de sensibilização sobre segurança. Merecem, também, especial ênfase, os serviços por si prestados como assessor nos ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como o facto de ter sido o representante do Ministério da Defesa Nacional na equipa responsável pela elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, prova do reconhecimento que lhe é devido pela distinção das suas competências, no que a assuntos do exercício da autoridade do Estado no mar diz respeito.

Os factos até aqui enunciados são a prova inequívoca do esforço de um homem, com profundo gosto e paixão pelo mar, que tem norteado a sua conduta profissional segundo um verdadeiro sentido de serviço público, numa procura constante pelo desenvolvimento de métodos e processos associados à gestão e regulamentação da utilização dos recursos marítimos, em prol de um futuro mais auspicioso e sustentável.

Por tudo o que acima referi, pelo imenso mérito e competência que lhe reconheço, bem como pela elevada estima, consideração e amizade que sinto pelo Comandante José Velho Gouveia, foi com enorme gosto e satisfação que, prontamente, aceitei o honroso convite que me endereçou para escrever este breve preâmbulo, que se reveste de um significado acrescido, por se tratar da publicação da sua tese de doutoramento, que apresentou e defendeu com o maior sucesso e distinção.

No que ao conteúdo do livro diz respeito, e antes de me versar sobre cada um dos capítulos, gostaria de destacar dois aspetos relevantes que proporcionam uma leitura agradável e enriquecedora, permitindo assim uma perfeita compreensão do tema em análise, sendo eles: a quantidade e qualidade dos dados estatísticos apresentados, que permitem um ótimo entendimento dos riscos estudados e que suportam a argumentação das conclusões apresentadas; e a excelente cobertura gráfica e fotográfica que brilhantemente ilustram todos os conceitos e aspetos apresentados ao longo de toda a investigação.

Assim, de modo a enquadrar o leitor no problema a que se propôs investigar, o autor inicia o primeiro capítulo com uma abordagem à caracterização do território costeiro de Portugal Continental, explicando os métodos científicos que permitiram o estudo da sua evolução. De seguida, tece breves considerações sobre a geomorfologia da zona costeira, determinante para a identificação dos locais associados a maiores riscos e, conseqüentemente, de maior interesse para o estudo que desenvolveu. Segue-se uma explicação sobre a evolução da linha de costa, desde o passado até às suas tendências futuras, em que o autor discorre sobre os fatores que para ela concorrem, nomeadamente os oceanográficos, atmosféricos, geológicos, morfológicos e antropomórficos, para posteriormente tratar da influência do clima, da agitação marítima e das correntes marítimas sobre a zona costeira, estabelecendo uma relação entre estes fatores, os diferentes períodos do ano e os diferentes pontos do território que constituem a área de estudo. Para concluir este capítulo, aborda os aspetos relativos ao fenómeno da litoralização, analisando, por um lado, de que forma a concentração da população na costa e o aproveitamento exaustivos dos espaços potenciam a ocorrência de acidentes e, por outro, o enquadramento legal existente e as dificuldades de ordenamento do território no sentido de minimizar os problemas decorrentes da migração das populações para a costa.

O segundo capítulo é iniciado com uma abordagem histórica e legal de modo a identificar o conceito de Domínio Público Marítimo, delimitando, assim, de forma perentória, o território de interesse para o estudo realizado. Seguidamente, num esforço de síntese assinalável, identifica as inúmeras entidades com competência ou responsabilidades no Domínio Público Marítimo, seja a nível de gestão deste território, seja de elaboração, execução e fiscalização de políticas. Não menos impressionante, é a enumeração e caracterização das inúmeras atividades desenvolvidas na área a estudar e que colocam grande pressão no território. Neste contexto, o autor procura destacar aquelas que têm uma maior expressão estatística, seja as de índole profissional/económico, seja as de âmbito lúdico, identificando os principais riscos para os praticantes das mesmas.

O terceiro capítulo aborda os riscos no Domínio Público Marítimo, fazendo considerações iniciais sobre os que, de forma global, afetam o ser humano, seja por atitudes premeditadas, em que a prática de determinadas atividades acarreta perigo, seja por comportamentos negligentes, em que não se verifica uma procura deliberada a

exposições a riscos. Após contextualizar os diferentes tipos de incidentes no Domínio Público Marítimo, o autor relaciona-os com os riscos de origem natural, bem como com os decorrentes da ação do comportamento humano a longo prazo, enunciando em que medida esses fatores potenciam a ocorrência de situações indesejadas. O capítulo termina com uma interessante análise estatística, que se reveste de um mérito acrescido por apresentar e tratar, de forma inovadora, dados que até agora poderiam parecer escassos ou inacessíveis. Para isso, muito contribuiu a experiência profissional do autor, cujo distinto conhecimento nesta área se evidenciam, também, na capacidade de recolha e tratamento de informação relevante. Nesta análise, determinante para o tema em estudo, o autor procura estabelecer a relação das tipologias de riscos mais frequentes no espaço de jurisdição marítima com variáveis meticulosamente selecionadas, desde as características dos indivíduos expostos a situações de perigo (como a idade, género e nacionalidade), aos períodos do ano e do dia em que estas ocorrem, bem como a sua distribuição geográfica.

No final da sua investigação, o Comandante José Velho Gouveia apresenta dois capítulos em que caracteriza a capacidade de prevenção e minimização dos riscos anteriormente analisados, e o sistema de socorro existente para lhes fazer face.

Neste contexto, no que à capacidade de prevenção e minimização diz respeito, começa por enunciar o papel nuclear da legislação que regulamenta a utilização do território costeiro de forma racional e sustentável, estabelecendo, depois, a ponte para a importância do papel das autoridades públicas com responsabilidades de âmbito preventivo e securitário, bem como das entidades privadas que, a par do desenvolvimento das suas atividades económicas, estão obrigadas ao cumprimento de medidas em prol da segurança dos seus públicos alvo. Esta análise não estaria completa sem aquilo que é o papel da educação, da informação e da sensibilização. É, assim, que o autor enaltece a importância estratégica destas três áreas na preparação do indivíduo, integrado numa sociedade vocacionada para as boas práticas na condução das suas atividades. Este capítulo encerra com o enaltecimento do papel da sinalética devidamente utilizada nos locais de maior risco, bem como da importância do papel individual de cada cidadão.

A fase de investigação termina com um capítulo sobre o sistema de socorro atualmente existente para fazer face às ocorrências, quando a prevenção fracassa. Neste âmbito, são identificados os agentes responsáveis, descritas as suas atribuições

e analisada a forma como se relacionam o operam, enquadrados pelo regime legal de proteção civil. Esta análise tem, naturalmente, o seu foco nos casos que ocorrem no espaço de jurisdição marítima, sendo explicados, ainda, os procedimentos de alerta e de busca e salvamento. Ao longo deste capítulo, é notório, uma vez mais, o profundo conhecimento do autor neste âmbito, pela clarividência com que trata e apresenta o assunto. É ainda relevante o enriquecimento do conteúdo com imagens de situações reais de busca e salvamento, o que permite uma ainda melhor compreensão de tudo o que descreve.

Por fim, o autor apresenta um capítulo dedicado à reflexão dos assuntos mais relevantes, anteriormente investigados, concluindo sobre a importância crescente que a zona costeira assume para Portugal. Neste sentido, apresenta uma série de recomendações, a longo prazo, não só para a melhoria da resposta a situações de risco, mas principalmente para o desenvolvimento das estratégias de prevenção, com possibilidade de aplicação a curto prazo.

Em síntese, considero que esta obra do Comandante José Velho Gouveia é muito oportuna e se reveste de particular relevância, numa altura em que, sabendo-se que a zona costeira desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do país, é cada vez mais crescente a certeza de que as alterações na configuração das costas marítimas, resultantes das ações irrefletidas das sociedades mais modernas, acarretam novos desafios que exigem abordagens mais sustentáveis, quer da parte das entidades responsáveis pela gestão do território, quer da comunidade científica, quer dos cidadãos em particular.

Assim, numa análise com profundo sentido crítico e indubitável brilhantismo fundado em rigoroso conhecimento científico, o Comandante José Velho Gouveia procura contribuir para o debate, perspetivando soluções que permitam a utilização destes espaços por parte dos cidadãos, de forma mais informada, consciente e prudente, tornando, conseqüentemente, mais eficaz e eficiente o papel do Estado.

Lisboa, 27 de outubro de 2022.

António Silva Ribeiro
Almirante